

Encontros de pais de sujeitos com deficiência mental em uma clínica-escola de Fonoaudiologia

Marinês Amália Zampieri*

Evani Andreatta Amaral Camargo**

Introdução e revisão de literatura

Este artigo refere-se a um projeto de Iniciação Científica, vinculado à Universidade Metodista de Piracicaba – Unimep, realizado no período de agosto/2001 a julho/2002, intitulado: “Família e deficiência mental na Clínica Fonoaudiológica: grupo de pais”.

A família foi enfatizada pelo fato de ser um núcleo social básico e de indiscutível importância, pois, nas relações estabelecidas, são formados os vínculos interpessoais entre seus componentes (Dias et alii, 2001), contribuindo para o desenvolvimento do indivíduo na sociedade (Stelling, 1999). Dentro do referido projeto, ofereciam-se reuniões quinzenais aos pais cujos filhos eram atendidos no setor neurológico de uma Clínica-Escola de Fonoaudiologia.

O presente estudo foi elaborado para documentar e analisar tais reuniões, bem como para estudar seu conteúdo com um aprofundamento adequado. Optou-se por estudar o grupo de pais, por se entender que, por meio dos relatos de outros componentes do mesmo grupo sócio-histórico e com histórias semelhantes, poderia ser possível o início de um repensar das ações diárias, já que é no grupo que os sujeitos podem se reconfigurar, por meio do relato das diferenças, na convivência e na partilha de experiências (Pichon-Rivière, 1982 e 1988; Penteado, 2002). Nesse espaço, os participantes do grupo são levados a identificar as próprias especificidades, desenvolvendo a capacidade de ouvir, de perceber e de conhecer a si e aos outros, de compreender melhor seus limites pessoais e despertar

para habilidades e capacidades ainda não identificadas. Assim, as interlocuções ocorridas no grupo “expressam a ‘vida social’ como um todo, sendo posta em atividade” (Panhoca, 1999, p. 53), proporcionando a apreensão das várias realidades presentes nesse espaço discursivo.

Encontros, como o proposto por este estudo, foram também pesquisados por autores como Torezan e Monteiro (1997) e Rocha, Caporali e Lacerda (2003), que enfatizam a importância desse espaço, pois proporcionam trocas de experiências, viabilizando uma outra maneira de esses pais alcançarem um maior grau de consciência sobre as possibilidades reais do filho e para que estes conheçam melhor as próprias dificuldades.

Muitas vezes, o vínculo e as funções essenciais, materna e paterna, acabam sendo estabelecidos muito mais em função do rótulo e dos preconceitos presentes na cultura do que propriamente pelas características peculiares dos indivíduos com alguma deficiência, uma vez que é o grupo social que interpreta e mantém como desvantagem certas diferenças (Guhur, 1994; Omote, 1994; Silva, 2000).

A diferença como desvantagem pode ser ou não enfatizada por alguns profissionais que têm contato com tais famílias. Desta maneira, a palavra do médico, por exemplo, que anunciará o diagnóstico a esse núcleo social básico, possui grande relevância, visto que sua palavra, seu silêncio e as perguntas que ficam sem respostas, ou mesmo as esquivas, ganham uma grande importância diante de pais fragilizados. Oferecer aos pais uma “perspectiva de humanidade” se faz fundamental quando lhes é

* Fonoaudióloga, ex-bolsista Fapic-Unimep, mestranda em Educação – Unimep. ** Fonoaudióloga, professora do curso de Fonoaudiologia da Unimep; mestre em Linguística pela Unicamp; doutora em Educação pela Unicamp.

feito o comunicado sobre a deficiência mental de seu filho, pois, para alguns pais, essa situação pode ser muito desgastante e até insuportável (Mannoni, 1995). A dimensão do impacto da notícia sempre dependerá da maneira como os pais a recebem. Assim, a palavra do profissional tem um aspecto relevante e pode, em muitos casos, interferir no rumo da vida de uma família (Mayrink, 1986; Conti, 1998).

Em alguns momentos, os pais podem se sentir inseguros quanto à intervenção que está sendo e/ou será feita em seu filho. Para que essa insegurança possa ser minimizada, é preciso uma aproximação com o profissional a fim de que as dúvidas sejam resolvidas ou atenuadas, porque, nesses casos, a família pode passar a enfrentar vários tipos de sentimentos que dificultariam o entendimento daquilo que os profissionais estão informando e, até mesmo, a explicação de algum procedimento a ser adotado.

A família e o próprio sujeito com deficiência passam por fases de adaptações, durante as quais cada integrante poderá estar em uma fase diferente da do outro, que pode ser reorganizada quando os familiares têm a oportunidade de discutir cada uma delas (Miller, 1995), e um espaço para tais discussões pode ser produtivo.

O modo como a família introjeta concepções postas pela sociedade, a respeito de sujeitos com deficiência mental, e atua a partir delas pode possibilitar uma interação social mais ou menos positiva, ou melhor,

(...) a forma como a família significa a deficiência e a maneira como enfrenta as dificuldades encontradas interferem no modo de se relacionar, podendo estabelecer interações favoráveis ou não para o desenvolvimento desses sujeitos. (Monteiro e Bagarollo, 2004, p. 254)

Desta maneira, segundo Glat:

(...) quanto mais integrada em sua família uma pessoa com deficiência for, mais esta família vai tender a tratá-la de maneira natural (...) deixando que, na medida de suas possibilidades, participe e usufrua dos recursos e serviços gerais da sua comunidade. (1996, p. 111)

Considerando o exposto, juntamente com o referencial teórico que embasa este estudo, a abordagem histórico-cultural, tentamos discutir os encontros de pais. Essa perspectiva, da qual Vygotsky

(1984, 1987) é o principal representante, concebe o desenvolvimento humano como um processo histórico e social, isto é, a formação do indivíduo ocorre desde seu nascimento na relação com um sistema de significações sociais, produzidas numa cultura que é construída historicamente. No processo de desenvolvimento, os sujeitos de tal cultura compartilham com o(s) outro(s) seus modos de viver. Neste compartilhar, por meio da mediação social, que é semiótica, por meio da linguagem, os sujeitos vão se apropriando das atividades humanas e tomando posições nas relações.

Ao compartilhar (mostrando, dizendo, explicando) seus conhecimentos com o outro, estabelece-se uma relação que, inicialmente, ocorre de maneira interpessoal (relação entre sujeitos). Quando este sujeito internaliza para si tais conhecimentos, passa-os para o plano intrapessoal, isto é, apropria-se, para, assim, orientar e controlar seu próprio comportamento. No momento em que o sujeito internaliza os conhecimentos que foram significados pelo outro, torna-os próprios.

Destarte, Fontana (2000, p. 12) explica que

(...) essa re-construção tem como base a mediação semiótica (particularmente a linguagem), e envolve as ações do sujeito, as estratégias e conhecimentos por ele já dominados, as ações, estratégias e conhecimentos do(s) outro(s) e as condições sociais reais de produção das(s) interação(ões).

Conforme Vygotsky (1984, 1987), é imprescindível direcionarmos nosso olhar para o desenvolvimento como processo que se estabelece nas relações sociais. Todas as funções especificamente humanas são constituídas na vida social, envolvendo, portanto, a linguagem e a dimensão histórico-cultural.

As proposições de Bakhtin (1995, 1997) também são importantes para este estudo, pois discutem a interação verbal, a enunciação no plano intersubjetivo e a questão da constituição subjetiva configurada nas relações dialógicas. Esse modo de conceber o sujeito o remete a uma indeterminação permanente, que se reconstitui a cada interação verbal. Desse ponto de vista, cada sujeito não é senhor absoluto na construção dos sentidos, uma vez que tais sentidos decorrem das interlocuções sucessivas e do momento histórico e social de cada um dos sujeitos das interações.

A idéia da indeterminação permanente do sujeito que se reconstitui a cada interação verbal

direcionou nosso interesse para a análise do processo de interlocução entre pais e profissionais, considerando que, nesse processo, ressignificações sobre o deficiente e sobre a deficiência podem surgir (Camargo, 2000).

A partir das proposições de Vygotsky e de Bakhtin, analisamos as reuniões de um grupo de pais, com o objetivo de identificar se os encontros contribuíram para a ressignificação de perspectivas e modos de perceber os próprios sentimentos. As famílias que têm um integrante com deficiência mental passam, ao longo de suas vidas, por situações de angústia e insegurança no modo de lidar com esse sujeito. Assim, espaços discursivos em que questões a respeito da deficiência mental ou do sujeito deficiente podem ser discutidas são relevantes para amenizar tais dificuldades “tendo em vista que há experiências que podem ser comuns aos pais e, desta forma, compartilhadas” (Camargo e Torezan, 2004, p. 343).

Assim, este trabalho teve como objetivo analisar esse tipo de espaço discursivo, em que famílias de sujeitos com deficiência mental discutiam questões referentes a seus filhos e à própria deficiência.

Método

Para o levantamento e a organização dos dados, este projeto acompanhou um grupo de pais (seis mães e um pai), cujos filhos frequentam o setor neurológico de uma Clínica-Escola de Fonoaudiologia do interior de São Paulo. O grupo foi formado a partir da disponibilidade de tempo e interesse dos pais, e a participação não era obrigatória. Os encontros ocorreram de agosto de 2001 a julho de 2002, quinzenalmente, às quartas-feiras, com duração de uma hora, durante o atendimento dos filhos.

Depois da autorização dos pais, para efeito de registro, as reuniões foram gravadas em áudio, com o objetivo de se alcançar um melhor estudo sobre a dinâmica familiar e suas implicações para a terapia fonoaudiológica. Este projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Unimep e aprovado por ele, uma vez que se trata de pesquisa relacionada a seres humanos.

As reuniões foram transcritas e, a partir das transcrições, episódios para a construção dos

dados foram selecionados ao longo do trabalho (reuniões que ocorreram entre setembro e dezembro/01). A inicial do nome de cada interlocutor foi utilizada a fim de manter o sigilo dos participantes, indicando sua posição na reunião, especificada entre parênteses: (m) mãe, (prof) profissional e (b) bolsista.

Os pais e seus respectivos filhos eram:

- **C** – mãe de R (15 anos de idade);
- **J** – mãe de E (13 anos de idade);
- **L** – mãe de C (3 anos de idade);
- **M^aAp** – mãe de D (24 anos de idade);
- **M** – mãe e **Ja** – pai de S (6 anos de idade);
- **R** – mãe de F (26 anos de idade).

Por ter sido verificada, durante as reuniões, a predominância da presença das mães, no decorrer da apresentação do trabalho usaremos a expressão “mães”. No que se refere ao diagnóstico dos filhos, este revela variações quanto à etiologia da deficiência mental. O grupo de pais foi organizado em decorrência do horário de atendimento do filho na clínica-escola e não em função do acometimento orgânico específico ou da idade do sujeito em atendimento fonoaudiológico.

Os episódios para a análise dos dados foram construídos a partir dos diálogos ocorridos nas reuniões. Essa opção metodológica na construção dos dados foi feita com o intuito principal de manter a identificação das temáticas discutidas que aparecem de modo explícito ou subjacente durante o processo de interlocução. Além disso, pautando-nos em Bakhtin (1995,1997), procuramos examinar como se desenvolveram as argumentações construídas durante as reuniões.

Análise de dados

No que se refere à análise dos dados, optou-se pela abordagem qualitativa-descritiva, que tem como fonte de dados o ambiente natural e a atribuição de importância central ao significado (Bogdan e Biklen,1994).

Partindo desse pressuposto, como forma para a organização das análises e a fim de torná-las mais claras, foram utilizados episódios que envolveram as seguintes temáticas: relacionamentos entre irmãos e independência/limites sociais. A seguir, discutiremos como se configuraram tais discussões.

Relacionamento entre irmãos

Explicação da "diferença" para o irmão do sujeito com deficiência mental

Esse espaço de discussão favorecido pelos encontros permitiu a troca de experiência entre as mães quanto ao relacionamento delas com os irmãos dos sujeitos com deficiência mental, referindo-se à questão de como lhes explicar os motivos de o irmão ser "diferente", como verificamos nos seguintes trechos das interlocuções de C (m): "... então não sabia se eu falava ou deixava descobrir sozinha, porque eu tinha medo que ela o rejeitasse". Ou como pontuou M (m): "... eles vão descobrindo sozinhos, não precisa explicar, ou então o pediatra foi explicando". Oposto fez L (m), quando relata: "... não explicamos os detalhes... ele explicou (referindo-se ao marido) o mais simples possível, e que teriam que fazer um acompanhamento com ele, porque algumas coisas ele iria demorar um pouco mais que ela para fazer".

Relacionamento entre irmãos diante das atitudes diferentes dos pais com relação a eles

Em outro trecho analisado, é possível identificar que pode haver uma diferenciação das atenções, e, por isso, há reivindicações dos irmãos pela pouca e/ou falta de atenção para eles em relação ao irmão "diferente", uma vez que C (m) deixou claro que sua maior preocupação é com o filho com deficiência mental, dizendo: "Parece que estou vendo o R. aqui nesse quintal grande, ela (irmã de R.) fala: É só o R. que você tem, eu não existo". Nesse mesmo turno, assume que sua dedicação é maior para com ele: "... eu dou mais atenção pra ele do que pra ela, e ela cobra". Esse tipo de atitude diferenciada dos pais pode causar alguns conflitos no relacionamento entre os irmãos.

L (m) também expõe que sua filha demonstra diretamente seu ciúme: "Você está brincando com ele, não está brincando comigo". Assim, as mães vão se deparando com momentos conflitantes quanto à maneira mais adequada de agir com os filhos, na tentativa de não favorecer diferenças nos relacionamentos para com eles, visto que tal atitude parece não ocorrer conscientemente.

Diante dos trechos selecionados, talvez se possa parafrasear Miller (1995), ao afirmar que, quando ocorre o nascimento de um filho com necessidades especiais, há sempre a preocupação de como se

configurará a dinâmica familiar. Para esse autor, não há problemas para os irmãos quanto ao diagnóstico, mas, sim, se o relacionamento com os pais for interrompido, se sua vida for afetada pelo estresse da família ou se sua infância for desrespeitada.

Irmãos que também auxiliam nos cuidados com o irmão "diferente"

O fato de se conviver com sujeitos com deficiência mental não significa dizer que os irmãos desenvolverão algum tipo de problema, pois eles interpretam o mundo de acordo com os eventos, adaptando-se a eles (Miller, 1995). Cabe aos pais, então, tentar administrar de alguma forma essa situação, para que o equilíbrio nas interações familiares possa ser mantido.

Tanto a criança com necessidades especiais como os irmãos passam por vários tipos de reações, então, se necessário for, deve-se procurar sempre ajuda externa (ibid.). No entanto, quando o(s) irmão(os) de sujeito(s) com deficiência mental assume(m) a responsabilidade de ajudar esse irmão ou cuidar definitivamente dele, algumas vivências relativas à sua idade não serão vividas, e isso pode interferir em seu desenvolvimento, principalmente o emocional.

Foram identificados, durante a análise, como exemplo disso, os relatos de R (m): "... Ela cuidou muito dele para que eu pudesse ir trabalhar...", ou "A gente passa responsabilidade para eles", ou ainda: "Foi bom. Por outro lado, ela cobra de mim até hoje, que não teve infância... Por um lado, ela amadureceu cedo... nunca ficou na rua para aprender o que não devia".

Por tais relatos podemos perceber possível existência de exigências demasiadas em relação aos irmãos dos sujeitos com deficiência mental e que talvez tal fato possa interferir na constituição da subjetividade, tanto do sujeito com deficiência quanto do irmão. De um lado, o irmão é constituído com responsabilidades em demasia e, de outro, o sujeito com deficiência pode se tornar dependente e menos amadurecido, o que o torna alvo de concepções negativas que o acompanham em toda sua trajetória. Constituições que se devem às relações concretas de vida, juntamente com as concepções negativas que acompanham o decorrer da história desses sujeitos, de que têm pouca ou nenhuma capacidade de realizar algo.

Independência/limites sociais

Uma das reuniões propiciou que M (m) relatasse e talvez tomasse consciência de que poderia acreditar que seu filho teria possibilidade de ser mais independente do que ela supunha.

Algumas mães têm dificuldades na colocação dos limites sociais em relação ao filho e, diante de situações em que deveriam se impor para que as regras sociais pudessem ser aprendidas e cumpridas, não o fazem; dizem que confiam nas possibilidades do filho, mas precisam “espionar” ou averiguar, como uma maneira de confirmar a capacidade da criança, como verificamos no relato a seguir, em que M (m) faz uma “confissão” de seus sentimentos: “*Eu fiquei insegura, porque pensei que, se abrisse um berreiro, iria estragar o passeio de todo mundo, né?*” e ainda “*não ia acreditar se alguém me contasse.*”

Pode-se entender, pelo relato, que essa mãe demonstra duvidar de que seu filho se comporte de forma diferente quando ela não está presente, isto é, que ele seja capaz de fazer o que a professora propõe e que seria uma maneira “socialmente” adequada em situações públicas. Tal sentimento, a dúvida, pouco auxilia a criança a vir a ser independente. No transcorrer de seu relato, confirma que esteve insegura quanto às atitudes do filho: “*Ah!, eu não iria agüentar ficar em casa, esperando...*” ou “*Eu fui pra isso*” (referindo-se ao fato de ter ido verificar a atuação do filho em um passeio).

As interações verbais com os pares sociais podem provocar tomadas de consciência quanto às atitudes e aos sentimentos dos participantes de um grupo, e foi o que supomos que ocorreu com M^aAp (m), em relação ao cuidado excessivo que elas, mães, podem ter para com os filhos deficientes, identificando que isso pode prejudicá-los, como verificamos em: “*eu acho que atrapalha esse nosso ‘super’ cuidado que temos com eles...*”. Tais atitudes parecem não permitir que essas crianças e jovens consigam realizar tarefas com segurança, já que esta, a depender do momento em que se encontram, não lhe é transmitida. Quando a fala de uma mãe desencadeia algum sentimento ou reflexão em outra, tal fato é importante para que possam repensar sua maneira de agir com os filhos e os próprios sentimentos e concepções, considerando que “o grupo é um contexto poderoso, tanto para o desenvolvimento da linguagem quanto para a

aquisição e o domínio de atitudes socioculturais disponibilizadas e partilhadas pelos diversos componentes” (Panhoca, 1999, p. 55).

O excesso de proteção significa uma preocupação exagerada com o comportamento de uma criança ou adolescente com ou sem deficiência mental. Porém, neste último caso, a história construída que permeia a constituição desses sujeitos diz respeito às suas impossibilidades, e, possivelmente, um dos resultados é a superproteção. Com isso, as atitudes do filho são assumidas pela mãe, e os resultados podem ser desastrosos, visto que o filho cresce, mas seu amadurecimento não ocorre e, assim, permanece sempre dependente.

Vale ressaltar que, durante a reunião, as mães discutiram a questão dos limites sociais, já que qualquer criança ou jovem deve ser orientado a respeito de tais regras. Nota-se um sentimento de tristeza nas mães ao relatarem opiniões sociais de que, devido à presença da deficiência mental, esses sujeitos não irão “entender”, não possuem capacidade para discernir o certo do errado, ou quando algumas pessoas acabam por compará-los a sujeitos sem deficiência, como foi verificado em uma das falas de L (m): “*Olha, até o C. está quietinho, brincando*”, *transparecendo que comportamentos adequados destes sujeitos são impossíveis de acontecer e, quando ocorrem, parecem ser um ‘milagre’* (referindo-se à fala de outra pessoa).

Em continuidade a esse tema, pudemos identificar, no decorrer das interlocuções, tentativas de argumentações de E (prof), relatando fatos sobre os avanços e as possibilidades de uma das crianças (E), cuja mãe (J) participava da reunião, com a intenção de fazer com que ela percebesse o potencial de seu filho quanto à independência, mas essa mãe, em muitos momentos, acabou demonstrando uma descrença em relação a ele.

Supomos que a maneira utilizada pela profissional talvez pudesse levar a mãe a voltar um olhar mais positivo para o filho, como identificamos na seguinte argumentação da profissional: “*...ele tem que crescer e aprender a fazer algumas coisas sozinho, e o E. tem condições de aprender coisas sozinho. Se ele não aprender a ler e escrever, não vou dizer que ele vá aprender ou não, porque, não dá pra gente saber, mas outras coisas ele pode aprender...*” ou em: “*Uns dois ou três anos atrás, o E. falava muito menos. Ele está muito diferente do que ele era, atualmente, ele é um menino que sabe se comportar...*” ou ainda: “*...eu saí com ele*

para tomar lanche, no final do ano. No último dia, nós fomos aqui na esquina tomar lanche e o E. foi e ficou super bem. Escolheu o lanche e o suco que queria ...” e também “...ele sabe andar de bicicleta, anda o dia inteiro e sabe voltar direitinho”.

A fim de auxiliar M^aAp (m) em sua insegurança quanto à independência da filha deficiente, quando esta a questiona sobre casamento, J (m) relata sua experiência com uma filha sem problemas cognitivos, com um exemplo já vivido:

(...) eu morava em cima e ela em baixo, os dois brigavam muito... meu marido comprou uma casa para eles, mudaram e não brigam mais, querem até casar, agora ... eu também ficava preocupada, porque os dois eram crianças, então, moraram em casa primeiro e agora estão morando sozinhos ... foi para a casa dela e virou dona-de-casa. Eu pensei errado. Às vezes, eles, estando junto com a gente, não se viram, não dão jeito para as coisas, se acomodam.

No entanto, M^aAp (m) contra-argumenta: “... mas tem dias que são 10:00 ou 12:00 horas, não consigo tirar ela da cama” e então, uma outra mãe, L (m), faz uma comparação com um de seus parentes, com a intenção de deixar esta mãe um pouco menos tensa, dizendo: “*Eu tenho uma cunhada minha, que até agora, não tem nada comprovado quanto a algum problema, tem três crianças, e dorme até às 12:00 horas*”. Além da fala das mães, E (prof) também se pronuncia a respeito desse assunto “...às vezes ...quando se tem a mãe, o pai ou alguém que cuida, você pode se dar ao luxo em deixar de fazer alguma coisa”.

As argumentações apresentadas pelas participantes do grupo confirmam o que Bakhtin (1997) já havia dito sobre o dinamismo que ocorre durante o diálogo: “somente se configura com interlocutores ativos, no sentido de que um enuncia e o outro assume uma postura de resposta”. À medida que o diálogo acontece, os enunciados e as réplicas também vão ocorrendo, e, por ser ativo, o diálogo se modifica, pois cada um dos sujeitos envolvidos tem suas próprias vivências de diálogos travados/imbricados com outros sujeitos (Góes, 2000), os quais foram possíveis de ocorrer pelo fato de os falantes utilizarem uma mesma língua, bem como pelo movimento que a constituição proporciona nas relações sociais.

Desta forma, o sentido construído em relação à dependência/independência de crianças e jovens com deficiência mental está relacionado às possi-

bilidades. Podemos identificar na fala das mães um receio quanto a deixá-los agir de forma independente. Parece-nos que há pouca crença quanto às possibilidades de autonomia, existindo a necessidade de estar com eles permanentemente.

A profissional, por mais de uma vez, tenta argumentar a respeito de modificações em relação à autonomia identificáveis nas atitudes dos filhos das mães ali presentes, mas que, em uma primeira observação, parece-nos não ter sido suficiente. Então, como podemos verificar, o sentido da interlocução vai sendo construído coletivamente, e os sentimentos, compartilhados pelos participantes da reunião.

Discussões finais

As temáticas desenvolvidas durante as reuniões propiciaram interlocuções variadas entre as participantes, nas quais foram identificados frequentes sentimentos como: angústia, constrangimento, superproteção, receio e, além desses, cooperação, disposição em oferecer ajuda e perseverança.

As descrições de vários sentimentos, como os citados acima e também os de tristeza, descrença, hostilidade contra o mundo e até mesmo raiva, que acometem a família ao receber a notícia de que o filho possui deficiência mental, são encontradas em trabalhos já realizados por autores que apontam o surgimento, com o passar do tempo, de uma esperança e de um interesse pela criança (Regen, 1992).

A partir da análise das temáticas selecionadas: relacionamento entre irmãos e independência/limites sociais, identificamos que há, por parte das mães, ainda uma concepção de dificuldades dessas crianças e jovens para a conquista da própria autonomia, como, ao serem dadas maiores responsabilidades para os irmãos ou quando as mães apresentam vigilância nas atitudes dos filhos. Entretanto, só a partir da reflexão sobre concepções e ações é que tais concepções ou expectativas podem ser revistas, como podemos verificar na fala de uma das mães, ao contar sobre seus sentimentos.

Com isso, reportamo-nos novamente aos dizeres de Penteadó (2002), para quem as experiências em grupo permitem que as pessoas reflitam sobre em que contexto suas ações e seus sentimentos ocorrem, de maneira a ressignificá-los e transformá-los, buscando novas soluções para a vida diária por meio das interferências que os outros

possibilitam. Em nosso estudo, as mães, ao depa-
rarem com suas dificuldades no relacionamento
com o filho ou ao verem seus sentimentos identi-
ficados com o de outras participantes do grupo, pu-
deram estar em contato com os próprios sentimen-
tos ou atitudes, por exemplo, ao discutirem sobre o
fato de muitas vezes privilegiarem as necessidades
do filho com deficiência mental em detrimento das
de outro filho.

Bagarollo e Monteiro (2003), estudando um
grupo de irmãos de deficientes mentais – outra
modalidade de estudo com família –, igualmente
concluíram que tais crianças e jovens, ao partici-
parem desse tipo de discussão, também passam a
ter uma imagem mais realista sobre os irmãos e
sobre seus sentimentos e atitudes em relação a eles,
demonstrando a relevância de discussões em gru-
po para familiares.

Na medida em que as reuniões aconteciam, foi
identificada a troca entre pares, como a partilha das
experiências, proporcionando a ressignificação das
próprias ações, sentimentos e concepções. Tais re-
sultados também foram discutidos por Panhoca
(1999) – no grupo, modificamo-nos pela partilha
de experiências; Torezan e Monteiro (1997) – trans-
formamo-nos ao repensar nossas ações; e Penteado
(2002) – buscamos soluções pelas inferências
que os outros possibilitam.

Assim, em grupo de discussão como o por nós
analisado, podem surgir reflexões em relação às
perspectivas para os sujeitos com deficiência men-
tal, bem como sobre as concepções quanto aos fi-
lhos. Como já discutido por Camargo e Torezan
(2004) e Rocha, Caporali e Lacerda (2003), espa-
ços discursivos como encontros de mães/pais per-
mitem que discussões sobre os filhos possibilitem
ressignificações a respeito de crenças arraigadas na
cultura, bem como dificuldades e necessidades do
filho, tendo em vista que, como discutido por
Bakhtin, é pelas interações verbais que novas sig-
nificações e, portanto, concepções vão sendo cons-
truídas.

Os momentos de discussões fizeram surgir
situações em que as participantes elaboraram as
várias opiniões do grupo e argumentaram sobre
elas, para, assim, tomar contato com concepções a
respeito dos filhos, da deficiência e também dos
próprios sentimentos, além de promoverem a re-
flexão e a discussão sobre isso, já que pressupo-
mos que haja sempre uma indeterminação de
sujeito e de sentido durante as interlocuções.

Retomando Bakhtin (1995, 1997), para quem a
constituição do sujeito se configura nas relações
sociais, os encontros de mães e profissionais per-
mitem a reconfiguração dos sujeitos envolvidos,
além de possibilitarem, também, a reconfiguração
do modo como concebem o deficiente mental nes-
se processo de discussão. Relacionando tal fato ao
pressuposto vygotskyano de que o desenvolvimento
decorre do aprendizado que se estabelece nas rela-
ções sociais e que a interação social tem um papel
fundamental na constituição do sujeito, ao se dis-
cutir sobre concepções/relações mãe-filho, melho-
res perspectivas de aprendizagem podem estar se
estabelecendo para crianças e jovens com defi-
ciência mental.

As temáticas desenvolvidas e discutidas aqui
propiciaram que mães e profissionais discorressem
sobre suas opiniões, nem sempre compartilhadas
totalmente, mas que fizeram com que os sentidos
construídos pelo grupo, de uma maneira ou de ou-
tra, pudessem fazer com que cada uma das partici-
pantes repensasse seus sentimentos e concepções e
se reconstituísse como um “novo” sujeito, nas pa-
lavras de Bakhtin (1995,1997).

Por fim, gostaríamos de enfatizar que encon-
tros realizados com grupo de pais de sujeitos com
deficiência mental se configuram como espaço
necessário para minimizar as angústias desses pais
e que projetos dessa natureza são positivos para
avaliar a relevância de reuniões de pais na Fo-
noaudiologia, na Clínica-Escola e na Educação
Especial.

Referências

- Bagarollo MF, Monteiro MI. Grupos de irmãos na clínica
fonoaudiológica. *Temas Desenv* 2003;12:71:23-7.
- Bakhtin M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo:
Hucitec; 1995.
- Bakhtin M.. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins
Fontes; 1997.
- Bogdan R, Biklen S. *Investigação qualitativa em educação*.
Porto: Porto Ed.; 1994.
- Camargo EAA. *Concepções da deficiência mental por pais e
profissionais e a constituição da subjetividade da pessoa
deficiente [tese]*. Campinas (SP): Universidade Estadual de
Campinas; 2000.
- Camargo EAA; Torezan AM. Interlocução entre pais e
profissionais da área de educação especial e suas concepções
sobre a deficiência mental. *Rev Bras Educ Esp* 2004;10(3):337-
53.
- Conti CAM. Palavra de mãe, palavra de clínico: sua importância
na construção do caminho para o desenvolvimento. In: Lacerda
CBF, Panhoca I. *Tempo de fonoaudiologia II*. Taubaté (SP):
Cabal Ed.Universitária; 1998. p.183-97.



- Dias TRS, Rocha JCM, Pedroso CCA, Caporali SA. Educação bilíngüe de surdos: grupos de familiares. In: Anais da 24ª Reunião Anual da ANPED: intelectuais, conhecimento e espaço público. GT 15: educação especial; Minas Gerais (CD-RJ); 2001.
- Góes, MCR. Com quem as crianças surdas dialogam em sinais?. In: Lacerda CBF, Góes MCR, organizadores. Surdez: processos educativos e subjetividade. São Paulo: Lovise; 2000. p.29-49.
- Glat R. O papel da família na integração do portador de deficiência. Rev Bras Educ Esp 1996;2(4):111-8.
- Guhur MLP. A representação da deficiência mental numa perspectiva histórica. Rev Bras Educ Esp 1994;1(2):75-83.
- Mannoni M. A criança retardada e a mãe. São Paulo: Martins Fontes; 1995.
- Mayrink JM. Anjos de barro: histórias de pais e filhos especiais. São Paulo: EMW; 1986.
- Miller NB. Ninguém é perfeito. Campinas (SP): Papyrus; 1995.
- Monteiro MIB, Bagarollo MF. Os irmãos e o desenvolvimento da linguagem de sujeitos deficientes mentais. Disturb Comun 2004;16(2):53-9.
- Omote S. Deficiência e não deficiência: recortes do mesmo tecido. Rev Bras Educ Esp 1994;1(2):65-73.
- Panhoca I. O grupo terapêutico-fonoaudiológico e a literatura infantil: constituindo um saber. Distúrb Comun 1999;11(1):29-57.
- Penteadó RZ. Práxis fonoaudiológica em foco: questões e reflexões a partir de um grupo de mães. Distúrb Comun 2002;14(1):137-61.
- Pichon-Riviére E. O processo grupal. São Paulo: Martins Fontes; 1982.
- Pichon-Riviére E. Teoria do vínculo. 6ªed. São Paulo: Martins Fontes; 1988.
- Rocha PRS, Caporali SA, Lacerda CBF. Grupo de familiares de surdos: espaço de reflexões medidas por instrutor surdo. Saúde Rev 2003;5(9):13-20.
- Regen M. A família e o portador da síndrome de Down. Temas Desenvolv 1992;2(9):6-20.
- Silva ABP. O aluno surdo na escola regular: imagem e ação do professor [dissertação]. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas; 2000.
- Stelling EP. A relação da pessoa surda com sua família. Espaço 1999;44-7.
- Torezan AM, Monteiro MIB. Família e deficiência mental: transformações nas expectativas das mães. Anais da XXXVII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia de Ribeirão Preto; 1997.
- Vygotsky L. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes; 1984.
- Vygotsky L. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes; 1987.

Recebido em setembro/2003; **aprovado em** julho/05.

Endereço para correspondência

Marinês Amália Zampieri
Rua Mathias Schmidt, nº 151, ap. 42, Jardim Mafalda,
Piracicaba, CEP 13418-475

E-mail: mamaliazamp@ig.com.br

